

A ATUAÇÃO DO CEAS DURANTE A DITADURA MILITAR (1969-1984)

The operation of the CEAS during the military dictatorship (1969-1984)

Joviniano S. C. Neto

Professor Doutor Associado II da Universidade Federal da Bahia, atuando com Direitos Humanos, Justiça e Cidadania no mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Associado ao Centro de Estudos e Ações Sociais - CEAS (desde 1979). Membro do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas - CEBEP (desde 2011). Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura. Integrante da Coordenação do Comitê Baiano pela Verdade, desde 2011.

E-mail: jovinianoneto@hotmail.com

Informações do artigo

Recebido em 08/05/2017

Aceito em 23/05/2017

Resumo

Este artigo faz uma releitura da história do CEAS e da sua revista durante a ditadura militar, marcando as características do trabalho da entidade no contexto de supressão das liberdades democráticas, entre 1969 e 1984. A partir dos acervos da ditadura, do CEAS e de suas próprias memórias, neste texto o autor resgata a relevância histórica e política desta publicação, avançando para demonstrar, ainda, a dimensão social do trabalho realizado por esta entidade junto aos favelados da cidade do Salvador e junto aos assalariados e trabalhadores do cacau e do café, respectivamente, nas regiões sul e sudoeste baianas.

Palavras-chave: Ditadura militar. História do CEAS. História social e política.

Sede do CEAS desde 1972



Fonte: Arquivo do Autor

Durante a fase mais radical da ditadura civil-militar, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) foi apresentado pela repressão como o principal Centro Clerical Progressista do Nordeste¹. Visão reducionista, que reconhece a importância de uma entidade que era mais

¹ Esta referência está presente em Dossiê encaminhado pelo coronel Moacyr Coelho, da Polícia Federal, em 1981, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava casos de terrorismo. Nele o coronel acusava 13 jornais da chamada "imprensa alternativa" e dezenas de pessoas, dentre as quais José Crisóstomo de Souza do Jornal Movimento (Coordenador da Sucursal Bahia) e redator dos Cadernos

do que isto. Na sua história, produção, arquivos, pode-se reconstituir, em uma perspectiva progressista e a partir da Bahia, o que ocorreu no período da Ditadura Militar no Brasil e no mundo e o modo como sua contribuição ajudou para a conscientização, organização e atuação das Igrejas e das forças populares. Se a sua atuação repercutiu muito além da Bahia, ele, através de equipes específicas, desempenhou papel relevante nas lutas ocorridas na cidade e no campo baiano daquele período.

Ao nos defrontarmos com a tarefa de reescrever sobre o CEAS, defrontamo-nos com um extenso material. A análise deste acervo, que poderá render muitos trabalhos por quem o utilize, extrapola as dimensões deste artigo, ainda que este possa servir de amostra e fornecer pistas para os pesquisadores.

Para enfrentar este desafio, dividimos este texto em três partes. A primeira contém uma breve apresentação do CEAS. A segunda reconstituindo as pressões mais visíveis sobre ele. A terceira, uma sumária apresentação da atuação do CEAS, através das suas equipes de redação, rural e urbana. Nas duas primeiras partes, partimos do relatório da Comissão da Verdade, a ele acrescentando textos que o ampliem e mostrem as atividades do CEAS. A terceira é inteiramente nova.

Uma sumária apresentação

O CEAS foi fundado pela Companhia de Jesus, como uma entidade de caráter não confessional, de inspiração religiosa, que reúne religiosos e leigos, religiosos ou não, e foi espaço de encontro e atuação das forças progressistas que reagiam contra a ditadura no Brasil. Sua criação se insere em um movimento da Ordem dos jesuítas visando a enfrentar os problemas sociais. Este movimento, iniciado nos meados do século XX, foi acelerado sob a influência do Concílio Vaticano II e da ação dos Superiores Gerais da Companhia, como João Batista Janssens e especialmente Pedro Arrupe. A companhia de Jesus implementou uma série de Centro de Investigação e Ação Social (CIAS) na América Latina. Apesar de preparado anteriormente, o CEAS foi fundado em 1967 e emerge publicamente em março de 1969,

do CEAS (ZACHARIADHES, G. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*, 2. edi. rev. e ampl. Salvador, EDUFBA, 2010, p. 111-112).

quando lança seus três primeiros cadernos (mimeografados, até o número 4), na linha de resposta ao AI-5, promulgado no fim do ano anterior².

A reconstituição da história do CEAS ultrapassa o objeto deste texto. No ano em que comemora 50 anos, ela demanda a continuação e o aprofundamento dos estudos a seu respeito³. Ainda assim cabe assinalar alguns elementos importantes de sua trajetória.

A ação do CEAS, implementando as conclusões do Concílio Vaticano, as diretrizes da Cia de Jesus e a opção pela "Igreja dos Pobres" resultaram em uma teoria e prática pastoral que privilegiava a assessoria aos marginalizados na linha da conscientização, organização e, especialmente, de promoção e respeito do seu protagonismo como agentes históricos. A aplicação do método ver-julgar-agir permitiu a análise e avaliação da realidade brasileira, fornecendo dados e argumentos às oposições para contestar o discurso e prática do governo ditatorial.

O CEAS, apesar de ser uma instituição da Igreja Católica, não reunia pessoas em função de sua crença religiosa, mas do compartilhamento de objetivos. Ele se definia como entidade que "apresenta, comenta e analisa a realidade brasileira, e acompanha a luta dos brasileiros por direitos humanos, liberdades democráticas e melhores condições de vida, tendo em vista a ampla participação das classes populares na construção de uma sociedade independente, livre e justa⁴. Reunia padres e leigos, cristãos e não cristãos, inclusive marxistas. Era para o cardeal arcebispo de Salvador D. Avelar Vilela, como o ouvimos dizer, uma "instituição de fronteira" da Igreja. Cabe assinalar que a presença dos cristãos e marxistas, de um lado, funcionava para mútua fertilização de ideias e como uma legitimação no campo da esquerda, de outro, era um espaço de tensão com a ditadura e dentro da própria Igreja.

O CEAS aparece em um momento em que, após o AI-5, a repressão abatera o movimento estudantil e boa parte da oposição.

A partir de 1970 e especialmente a partir de 1972, quando o Pe. Cláudio Perani assume a coordenação em substituição ao Pe. Cesare Galvan, que vinha desde 1967, a ação social se

² Os textos lançados em março, foram 1) Declaração dos Membros da Comissão Central de Conferência Nacional dos Bispos dos Brasil 2) Colaboração Igreja – Governo; 3) Poderes de exceção e redemocratização

³ Contribuição importante para conhecer a história do CEAS é o livro seminal, já citado (ZACHARIADHES, 2010). Entretanto, este não detalha a ação do CEAS, especialmente das equipes urbana e rural.

⁴ O texto retirado da contracapa do Caderno do CEAS, 59, Janeiro/Fevereiro de 1979, mas constava, obviamente, de vários outros exemplares.

ampliou. É a partir de 1972, no n. 20 dos Cadernos do CEAS (agosto), que há uma mudança na linha editorial desta revista, a expressão mais visível do CEAS. Até então, os Cadernos eram monotemáticos e, salvo exceções, não eram assinados, mas de responsabilidade editorial do conjunto da equipe. A partir daí, abriu para os vários assuntos e a maioria dos seus textos (artigos, documentos, resenhas) era identificada, ainda que os não assinados fossem de responsabilidade do coletivo do CEAS. Isso permitiu ampliar a cobertura e a influência da publicação. Em 1972, foi, também, o ano em que o CEAS saiu do prédio dos Jesuítas, na Graça, para a Federação, na casa da Rua Aristides Novis. Essa rua, conhecida como Estrada de São Lázaro, margeia o Campus da Federação da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Inicia-se ao lado da Escola Politécnica e termina pouco após a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ao lado da casa adquirida, foi construído um prédio para instalar uma ampla biblioteca. Dispondo de livros e, especialmente, periódicos, que a UFBA não tinha condições de adquirir, a biblioteca tornou-se ponto de estudos especialmente para a área de Ciências Sociais. Ao fundo, foi construído um prédio residencial. Nele passaram a residir jesuítas e outros, que podiam hospedar convidados. Nele se realizavam reuniões semestrais com D. Avelar. No grande salão da casa principal, ocorriam as Assembleias e eventos promovidos ou apoiados pelo CEAS.

A localização, a dimensão e instalações do CEAS foram fatores do seu sucesso. Para esse, seria hipocrisia omitir, o fundamental foi a correção da linha adotada e a qualidade das equipes e apoiadores que reuniu.

Em 1973, momento no qual, como veremos, se dará a maior agressão depressiva do regime, o CEAS contava com 30 (trinta) pessoas das quais 9 (nove) eram jesuítas. Além da Equipe de Redação que editava os Cadernos, mantinha a *Equipeduca* que dava assessoria às classes populares. Essa última dividiu-se depois, em 1975, na Equipe Urbana que atuava em Salvador e sua Região Metropolitana, e na Equipe Rural que atuava no interior da Bahia, atingindo também outros estados do Nordeste. Antecipando, podemos dizer que, na Equipe Rural, que trabalhava na conscientização e organização dos trabalhadores, destacava-se a atuação entre trabalhadores do cacau e café na Bahia e de cana-de-açúcar em Alagoas. Na Equipe Urbana, em Salvador, pode-se destacar o apoio e a organização de associações de moradores (o apoio a AMPLA – Associação dos Moradores de Plataforma, foi o seu exemplo maior nesse momento) e especialmente na organização e atuação do MDF – Movimento de Defesa dos Favelados, liderado pelo Pe. Gianfrancesco Confalonieri (Pe. Confa), membro do

CEAS, que esteve à frente da reação às remoções de moradores das “invasões” (favelas) em várias áreas de Salvador.

Até então, os levantamentos feitos nos documentos da ditadura, concentrados no Arquivo Nacional (RJ), mostram, entretanto, a atuação da repressão concentrada no acompanhamento contínuo dos *Cadernos do CEAS* e não no trabalho das demais equipes.

Os Cadernos tinham uma tiragem de 2000 exemplares (que chegaria a 4.500), com assinaturas no Brasil e no exterior, o que multiplicava o seu poder de influência. A seguir,

Iniciaremos apresentando uma informação de 1975, no qual o Serviço Nacional de Informações (SNI) apresenta a sua visão sobre o CEAS.

O SNI concentra atenção sobre o CEAS

Em agosto de 1975, a Agência Central do SNI encaminhou a mensagem identificada como 499/75/ASG – MJ⁵, apresentando relatório sobre o CEAS. Nela registrou:

Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, mantido pela Sociedade Nacional de Instrução – também uma organização religiosa –, é uma entidade dirigida por padres jesuítas, com predominância de italianos vinculados à chamada ‘ala progressista’ da Igreja e edita um periódico denominado “Cadernos do CEAS”.

Sua sede está localizada à Rua Aristides Novis, 101 – Salvador/Ba. A composição dos “Cadernos” é feita nas Edições LOYOLA, à Rua 1822, n. 347, em São Paulo/SP, igualmente de propriedade de padres jesuítas. O CEAS que, inicialmente, destinava-se ao estudo dos problemas sociais da região NORDESTE, atualmente, ampliou o seu campo de ação à região NORTE do país e tem sido veículo de difusão de assuntos de interesse do clero progressista”. Os Cadernos do CEAS” seria “um livreto onde são divulgadas as opiniões de seus interesses e de outros articulistas”. Utiliza um pouco mais de 6 páginas para apresentar o que seria a ficha de treze (13) membros da “Equipe Redatorial” a saber Cláudio Perani, Cesare Giuseppe Galvan, Domingos Cunico, José Crisóstomo de Souza, Edson Menezes de Souza, Joviniano Soares de Carvalho Neto, Giulio de Laura, Manoel Andres Mato, Tommaso Cavazzuti, Gianpaolo Salvini, João Pedro Conrado e Denice Vitória de Brito⁶.

⁵ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 499/75/ASG – MJ. Encaminhado pelo Projeto Resgate da História do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM).

⁶ Participaram da Equipe de Redação no período da ditadura 16 padres e 15 leigos, a saber (**Padres**): Cláudio Perani (1969-1994); Cesare Giuseppe Galvan (1969-1974); Manoel Andrés Mato (1971-2009); Giampaolo Salvini (1971-1983); Luís Cremonese (1971-1972; 1995-1996); Tomás Cavazzuti (1972-1986); Julio de Laura (1972-1973); Gabriel C. Galache (1972-1973); Fidel Garcia Rodríguez (1972-1973); Fiori Allocchio (1972-1973); Gianfranco Confalonieri (1972); Domingos Cúnico (1973-1983); João Pedro Cornado (1973-1974); Pedro Caldana (1974-1989); Mariano Brentan (1974-1986); Tiago Sonnevile (1974-1977); (**Leigos**) Joviniano Soares de Carvalho Neto (1969-2009); Antônio Dias Nascimento (1971-1972); Edson Menezes da Silva (1973-1974); José Crisóstomo de Souza (1973-1990); Elsa Souza Kraychete (1974-2009); Gabriel Kraychete Sobrinho (1974-1994); Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos (1974-1989); Ana Lúcia Menezes Formigli (1974-1976); Luiz Antônio Amorim de Aguiar (1974-1975); Ubirajara Rebouças (1974-1983); Emiliano José (1974-1983); Nelson Oliveira (1983-2003); Eliana Bellini Rolemberg (1983-1993) Milton Moura (1983-1992); Maria Lúcia Simões

A avaliação do conteúdo das folhas mostra o que era considerado importante pelos órgãos de repressão, a seu viés ideológico e, ao mesmo tempo, argumento para que não se considere suas informações sinônimos da verdade.

A ficha de Joviniano Neto, por exemplo, anuncia que ele, como “professor da Faculdade de Direito da UFBA, passou um ano nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia e que ainda como professor desta faculdade” teria declarado que recebia tratamento hostil dos elementos de esquerda da Faculdade de Direito, onde era professor, chegando a ser agredido por aluno”. Ocorre que o citado, que vem a ser o autor deste artigo, nunca foi professor da Faculdade de Direito, nem viajara ou frequentara a universidade americana. Após o fichamento da Equipe, registra que, até setembro de 1973, a ASV/SNI encontrou dificuldades em obter os Cadernos, mas que, de outubro a dezembro de 1973, cerca de mil exemplares dos números 27 e 29, os exemplares tinham sido postados em Agência dos Correios. Conseguira-se a relação dos destinatários (grifo nosso), o que, acrescentemos, os inclui no âmbito da investigação da repressão.

O restante do texto analisa o conteúdo dos artigos considerando que “o enfoque observado nos estudos publicados é de nítida conotação esquerdista com críticas constantes, contestação e, até mesmo, agressão aos postulados da Revolução de março de 1964”. “Normalmente, com base em argumentos falsos ou distorcidos, os Cadernos do CEAS são uma publicação perigosa, especialmente, pelo alto nível de apresentação”.

Um esclarecimento quanto ao erro na ficha à nosso respeito. À época, suspeitávamos que se tratava de um caso de homonímia, pois tínhamos notícias da existência, em Sergipe, de um Professor, Joviniano Carvalho Neto, que seria bastante conservador. Esta suspeita foi confirmada quando, em fevereiro de 2017, pesquisadora localizou, no arquivo do “Brasil Nunca Mais”, uma “assentada” tomada, em 05 de novembro de 1969, na Sub-Delegacia Regional da Polícia Federal, do Estado de Sergipe⁷. Nela, Joviniano Carvalho Neto, natural de Sergipe, com 53 anos de idade, solteiro, da Faculdade de Direito de Sergipe, depunha. Inquerido sobre ação de 5 ex-alunos, confirmou que eles seriam “socialistas de esquerda”, “contrários à Revolução e tudo que era americano”, que passara um ano na Universidade da Califórnia, que fora agredido, sem motivos, no ano anterior (1968), por aluno que, por isto,

(1983-1991).

⁷ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL, Sub-Delegacia Regional do Estado de Sergipe, Assentada Aracaju, 05/11/1969, 2 p.

fora objeto de inquérito. Neste inquérito, teria ficado claro que o aluno fora instigado pelos ex-alunos citados que seriam seus “inimigos políticos” e parte da “minoría ativa” que seria responsável pelo clima de insegurança na faculdade, pelo que pedira porte de arma.

Uma pequena (pouco mais de duas páginas), mas contundente denúncia contra os “subversivos”. Iludidos pela semelhança do nome, os órgãos da repressão não foram capazes de, passados mais de cinco anos até a inclusão da informação em nossa “ficha” do CEAS, notarem as discrepâncias de Estado e domicílio (Sergipe e não Bahia) idade (na época íamos completar 28 anos, 21 a menos do que o depoente) e estado civil (casado, no nosso caso). Apesar da homonímia, este caso é exemplo de como, nos arquivos da repressão, as informações se acumulavam sem cuidado e verificação.⁸

Uma visão parcial e incompleta

A informação do SNI que define sua posição sobre o CEAS não apenas era enviesada ideologicamente como traz uma imagem limitada do CEAS, ao não identificar sua estrutura e não ver a sua atuação além dos Cadernos. Talvez pela época em que elaborou a informação (1975) não deu atenção às atividades junto às classes populares que se desenvolveram bastante e serão tão ou mais importantes que os Cadernos, que lhes forneciam subsídios e, periodicamente, registravam suas lutas. Cabe, também, uma breve explicação sobre a estrutura do CEAS. Entidade sem fins lucrativos, ela possuía um conjunto de pessoas que, legalmente, eram responsáveis pela entidade (denominávamos de “Equipe Jurídica”) que não eram remuneradas e eram escolhidas pela Companhia de Jesus, entre seus membros e pessoas que considerava importante incluir. Reunia padres jesuítas (o Provincial, o Pe. Claudio Perani, Coordenador do CEAS e outros, atuantes ou não no CEAS), religiosos como D. Timóteo (abade do mosteiro de São Bento) e leigos como o autor.

Mantinha uma Assembleia Geral que avaliava relatórios, propunha diretrizes e admitia novos membros. A “Equipe Jurídica” respaldava as atividades e, periodicamente, as avaliava, mas não tinha interferência direta nos trabalhos das Equipes Executivas. As Equipes Rurais e Urbanas eram compostas por padres e leigos, esses remunerados. Os membros da Equipe de Redação não eram remunerados pela função que exerciam: pautar a revista,

⁸ É interessante notar que os agentes do SNI afirmavam separar informes, notícias que estariam circulando de informações que, teoricamente, seriam notícias confirmadas.

elaborar textos e decidir sobre a publicação dos artigos propostos. Essa estrutura garantia, ao mesmo tempo, a liberdade e flexibilidade da atuação das equipes executivas e a inserção do CEAS na Ordem Jesuíta, que o acompanhava e podia mobilizar-se para apoiá-lo, inclusive quando das investidas conservadoras.

Principais pressões sobre o CEAS

Durante a ditadura, quatro foram as pressões sobre o CEAS que tiveram maior repercussão. A primeira:

Apreensão dos Cadernos da edição nº 27

Em maio de 1973, foram lançados dois manifestos – “Eu ouvi os clamores de meu povo”, dos bispos do Nordeste, e “Marginalização de um povo”, dos bispos do Centro Oeste. Diante da pouca divulgação no Brasil, o CEAS elaborou um Caderno, o de número 27 (outubro de 1973) com o título “Igreja a caminho do Povo”. Essa edição republicou os dois manifestos citados e o pronunciamento “São Paulo, capital do trabalho, chamada a ser modelo de justiça”. No momento de envio dos Cadernos aos assinantes, eles foram apreendidos pela Polícia Federal nos Correios, e a venda foi proibida. Para apresentar a atuação do CEAS e da Igreja na Bahia, cabe reconstituir a história subjacente.

Zachariadhes lembra que o Pe. Cláudio Perani informou a existência de grupo de padres, bispos e leigos que, no início dos anos 1970, se reunia para definir que ações a realizar na época da Ditadura.⁹ Desse grupo, ao que nos consta, liderado por D. Tomás Balduino, participavam entre outros, os bispos D. Antônio Fragozo, D. Pedro Casaldáliga, o Abade D. Timóteo, o padre Agostinho Pretto da ACO (Ação Católica Operária), Ivo Poletto que depois foi o primeiro Secretário da CPT – Comissão Pastoral da Terra. Dom Tomás Balduino, com sua equipe, percorrerá várias capitais para articular uma resposta ao endurecimento da ditadura. Em Salvador, reuniões do grupo ocorreram no CEAS. O grupo decidiu publicar 3 documentos. Um enfatizando a situação das classes populares do Nordeste (“Eu ouvi os clamores do meu povo”), outro enfatizando a questão agrária no Centro Oeste

⁹ ZACHARIADHES, op. cit. p. 96/97.

(“Marginalização de um povo”) e mais um, em São Paulo, sobre a questão operária (que foi substituído por pronunciamento de D. Paulo Evaristo Arns, na Rádio 90 de julho). Seriam lançados no dia 25 – aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

O documento relativo ao Nordeste foi elaborado pela articulação de dois grupos – um no Recife (Pe. Humberto Plumm, com apoio de D. Helder Câmara) e outro em Salvador, com membros do CEAS, Mosteiro de São Bento e Grupo Moisés. O “Marginalização de um povo” sofreu tentativa de censura, mas, uma vez publicado, alcançou repercussão internacional. Os subsídios retirados dos *Cadernos do CEAS* foram importantes para a sua elaboração.¹⁰

O “Eu ouvi os clamores do meu povo”, apesar da apreensão do Caderno 27, também alcançou repercussão internacional e foi amplamente conhecido no Brasil. O “Marginalização de um povo” foi, depois, impresso em pequeno livro com dedicatória datada de 06 de maio de 1973, assinada por seis bispos: “Fernando, Arcebispo de Goiania, Epaminondas, Bispo de Anápolis, Tomás, Bispo de Goiás, Pedro, Bispo de São Félix, Estevão, Bispo de Marabá e Celso, Bispo auxiliar de Porto Nacional.”¹¹

Após a apreensão do Caderno 27, Pe. Cláudio assumiu, com a Polícia Federal (PF), o compromisso de enviar exemplares da revista do CEAS à Divisão de Censura da PF, que passou a encaminhar “bilhetinhos” ao Centro de Estudos, o que teve muito pouco efeito na linha dos Cadernos. Zachariadhes, encontrou 28 bilhetinhos datados do final de 1973 até o final de 1974. Isso abre duas hipóteses: pelo pouco efeito, a Polícia Federal deixou de ter o cuidado de enviá-los; ou o CEAS deixou de preservá-los. O SNI, entretanto, continuou a atentamente acompanhar o CEAS e os seus Cadernos.

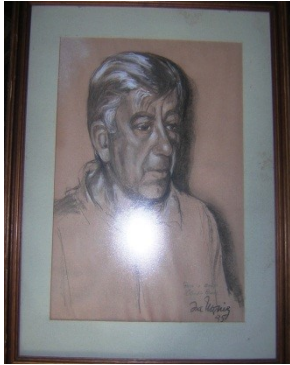
A segunda pressão da Ditadura sobre o CEAS a ter repercussão foi a:

¹⁰ ZACHARIADHES, registrou que das 82 notas de rodapé, 21 são referentes a textos dos Cadernos.

¹¹ FERNANDO, et. alli. *Marginalização de um povo – grito das Igrejas. Documento de Bispos do Centro Oeste*, Goiania, Editora dos autores, 1973, 60 págs.

Tentativa de expulsão de Pe. Cláudio Perani

Pe. Cláudio; des. Isa Moniz



Fonte: Acervo do CEAS

No dia 28 de outubro de 1978, por volta das 5h30, o coordenador do CEAS, Cláudio Perani desembarca no Aeroporto de Salvador, ao regressar de uma viagem à Europa, é detido e informado, pela Polícia Federal, sobre a proibição da sua entrada no território brasileiro e que deveria regressar dali mesmo para o seu país de origem.

Enfim, a expulsão deveria ser imediata, porém o comandante da aeronave afirmou que não havia meios para o pronto retorno. Essa demora favoreceu a Pe. Cláudio, que, por meio de um jesuíta que o esperava, entrou em contato com o Provincial da Ordem. Esse por sua vez, ligou para Dom Timóteo e Dom Avelar Brandão Vilela, conseguindo a este avisar.

Informado, o Cardeal e Arcebispo de Salvador, no mesmo instante, ligou para o ministro da Justiça de Geisel, Armando Falcão, como relata o padre José Carlos Silva, que estava com ele nesse momento:

Dom Avelar começou suave, baixinho, num tom amistoso, e ficou assim por algum tempo. Mas de repente passou o fone do ouvido direito para o esquerdo e deu um surpreendente murro na mesa, que chegou a me assustar, e elevou o tom de um modo também assustador: "Quem está falando aqui é o Cardeal da Bahia. Não quero padre meu preso. Vou ao aeroporto buscá-lo". Foi. E voltou com Perani.¹²

A Polícia Federal alegou depois que a detenção teria sido um "equivoco" decorrente de uma confusão de nomes.¹³ Pe. Cláudio, ao chegar ao CEAS, deu entrevista coletiva afirmando-se surpreso "em não saber que havia alguma coisa contra" ele e concluiu "eu tenho

¹² JOSÉ, Emiliano. As asas invisíveis de padre Renzo: uma história sincera de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira. São Paulo, Casa Amarela, 2002, 327.

¹³ Detenção do jesuíta não passou de um equivoco. TRIBUNA DA BAHIA, 30/10/1979, P.2.

amigos importantes, mas fico imaginando o que ocorre com os operários e camponeses que enfrentam estas situações sem ninguém a olhar por eles”.¹⁴

Em 10 de novembro, Pe. Cláudio recebe carta de apoio do Secretariado Nordeste III, da CNBB, com dezenas de assinaturas iniciadas por Dom Avelar.

É o momento de destacar a importância de Pe. Cláudio e a ameaça que representava para a ditadura. Era o Coordenador e a maior liderança do CEAS. À época, já havia sido chave para lançamento dos manifestos de 1973, dos estudos e de articulação que fizeram nascer a CPT – Comissão Pastoral da Terra, em nível nacional e regional. Não só dava assessoria aos movimentos sociais quanto promovia, teórica e praticamente, dentro da Igreja, uma Pastoral Popular. Em texto de nossa autoria, publicado nos Cadernos do CEAS, editado após a sua morte, em 2008, (que contém, os 23 textos por ele assinados nos Cadernos), já havíamos assinalado que os objetivos de contribuir para o maior florescimento da Igreja dos pobres e para o fortalecimento dos movimentos populares perpassam todos os textos de Cláudio incluídos nas categorias “Igreja Popular”, “Movimentos Populares” e “História e Opções das Igrejas”). Esses textos, porém, por ênfase e objetivos predominantes, podem, sem grandes prejuízos, ser utilizados para reflexão em outras várias categorias.¹⁵ Em 1978, data da tentativa de expulsão por “engano”, já havia publicado nos Cadernos, artigos que não deixavam dúvidas sobre as suas posições¹⁶. Os órgãos de repressão que, sistematicamente, interceptavam a correspondência dirigida ao CEAS e, depois, a entregavam em bloco sabiam a quem eram dirigidas.

O recuo da repressão na tentativa de cortar o(a) cabeça do CEAS nos fornece uma chave de leitura para estes e outros acontecimentos, a saber, os altos escalões do governo federal não assumiram o risco de enfrentar, não um centro social, mas D. Avelar e a Ordem Jesuíta.

O terceiro episódio repressivo contra o CEAS que merece destaque foi o também frustrado:

¹⁴ Dom Avelar e Cel. Ludwig no caso do Padre detido, JORNAL DA BAHIA, 29/10/1978, P.?

¹⁵ CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. Cláudio no CEAS, *Cadernos do CEAS*, 233, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Janeiro/junho 2009, p. 5-14.

¹⁶ Cf. os artigos “Religiosidade Popular e mudança social”, *Cadernos do CEAS*, n. 30, março/abril 1974, p. 65-73. A ação da Igreja nas bases: da integração à libertação, *Cadernos do CEAS*, n. 31, maio/junho de 1974, p. 61-67. Bispos da Amazônia: a conversão ao posseiro, *Cadernos do CEAS*, n. 30, set./out. de 1975, p. 23-30; Pobres e ricos, *Cadernos do CEAS*, n. 48, março/abril de 1977, p. 52-60. No próprio ano de 1978, antes do “engano” havia publicado Comunidades Eclesiais de Base: alguns questionamentos. *In: Cadernos do CEAS. Salvador*, n. 56, jul./agosto de 1978, p. 36-48.

Processo de expulsão de Padre Andrés Mato

Padre Andrés em canavial no Estado de Alagoas



Fonte: Acervo do CEAS

Praticamente um ano depois da tentativa de deportação de Cláudio Perani, em setembro de 1979, outro padre do CEAS, o espanhol Andrés Mato, seria alvo da repressão. Padre Andrés tomou conhecimento do Inquérito pela sua expulsão do país, quando se dirigiu à Polícia Federal para solicitar o visto de saída do Brasil.

Informado do Inquérito, Padre Andrés comunicou imediatamente ao Provincial da Ordem (Padre Dionísio Sciucheti) que, por sua vez, contatou com Dom Avelar e a CNBB. As negociações iniciais permitiram a ida de Andrés ao exterior com a garantia de que ele retornaria ao país e poderia depor a partir do dia 02 de outubro.

Assim que o CEAS tomou conhecimento divulgou pela imprensa uma Nota mostrando que o caso evidenciava uma das restrições da anistia concedida pelo governo (agosto de 1979), pois, além de não integrar os que já foram punidos, ainda, procura dar curso a ações dessa natureza¹⁷.

Manifestando-se sobre essa ameaça, o Comitê Brasileiro da Anistia Núcleo da Bahia (CBA-BA) deu um enfoque religioso ao caso. Joviniano Neto, membro do CEAS que, à época, era o presidente do comitê declarou ao *Jornal da Bahia*: "O Governo tem que assumir uma

¹⁷ Nota do CEAS. Padre ameaçado de expulsão apesar da Anistia (Arquivo CEAS)

posição. Ou deixar os padres pregarem o evangelho de Cristo, ou dizer que a Bíblia é um livro subversivo”.¹⁸

Dom Avelar entrou em contato diretamente com o então Ministro de Justiça, Petrônio Portela, e o governo decidiu pela suspensão do inquérito.

Padre Andrés, como já dissemos, já havia sido vítima da repressão quando ensinava no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) mantido pelos jesuítas no Rio de Janeiro. O IBRADES foi invadido pela primeira vez em 28 de setembro de 1970, por militares e agentes do DOPS. Os militares prenderam membros da JOC – Juventude Operária Católica. Padre Andrés, no momento, estava dando aula de “teoria marxista”. Na segunda, em 2 de outubro de 1970, eles vistoriaram os quartos dos padres apreendendo livros e até detiveram o Secretário Geral da CNBB, D. Aloisio Lorscheider. Andrés foi interrogado pela Polícia Federal, no Inquérito sobre a JOC/IBRADES, mas liberado pelo que seria falta de provas.

A história não termina aí. Os jesuítas decidiram que Padre Andrés iria para o CEAS. Neste continuou na mira – os militares o denunciavam ao próprio coordenador do CEAS como comunista e um comandante chegou a ler para ele transcrições de conversas ao telefone que teria sido grampeado.¹⁹

A Comissão Especial da Verdade (CEV) obteve, no Arquivo Nacional, cópia do Inquérito e de Informações do SNI sobre Andrés Mato. Preliminarmente encontramos o documento ASV n. 001/ 116/ ASV/79. Informação n. 001/116/ ASV/ 79 elaborado em 05 de janeiro sobre Andrés e a ela anexa exemplares de cinco números dos Cadernos do CEAS (47, 48, 51, 53 E 58).²⁰ A informação fala da sua filiação, nascimento na Espanha, estudo de Teologia, aulas ministradas em antropologia e sociologia, visitas a países comunistas (Moscou, Leningrado e Kiev), tese de doutorado sobre “O homem Karl Marx e Materialismo Dialético”. Lembra que o DOI/ EXÉRCITO confirmou sua prisão em 1970, como indiciado no IPM/ IBRADES, dirigido pelo Major José Antônio Podestá, que o considerava responsável pelas doutrinações e conscientizações dos alunos do IBRADES.

Para os órgãos de repressão e vigilância política, Pe. Andrés Mato era:

[...] elemento possuidor de inteligência viva e privilegiada, oratória escorreita e estudiosíssimo, ‘expert’ em assuntos de dialética Marxista – Leninista; acoberta-se

¹⁸ Padre Andrés Mato sofre um processo de expulsão do país *JORNAL DA BAHIA*, 29/09/1973, p. 2.

¹⁹ ZACHARIADHES, 2010, P. 110.

²⁰ Destaque-se que dos Cadernos citados, apenas no número 47, de jan./fev. de 1977, se encontra um artigo assinado por ele: “A vida é uma luta”, p. 15-30, aliás de grande impacto e utilização. Os demais números, assim comprovariam a periculosidade da publicação de que participava.

sob o caráter de ideologias contemporâneas para pregar o comunismo RUSSO e combater com toda virilidade o capitalismo e regime e instituições vigentes no País. Doutrinou e conscientizou inúmeros alunos do IBRADES que não possuíam cultura suficiente nem vivência para escoimar as ideias marxistas expressadas pelo mesmo.

O acompanhamento da trajetória de Andrés por esses órgãos fica evidente nesse documento:

[...] 5. Em 05 Abr 72, com a prisão de ROSELI ELIAS e vinte e um outros elementos militantes da OCML-PO, nesta Capital, ficou constatada a participação do Padre ANDRÉS MATO em tal organização subversiva, devido a íntima ligação mantida entre ambos, não tendo sido indiciado no inquérito policial instaurado, devido à debilidade das provas conseguidas.

[...] 7. As atividades do nominado desenvolvem-se, principalmente, no Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, de Salvador/ Bahia. As publicações anexas dão uma ideia da linha ideológica que defende.

[...] Com a intervenção de D. Avelar Brandão Vilela que entrou em contato diretamente com o então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, foi encerrado o inquérito sobre a expulsão do jesuíta Andrés Mato²¹.

Examinando os autos desse Processo verificamos que a decisão de instauração do Inquérito de Expulsão fora tomada por Despacho de Hélio Romão Damaso Segundo, Superintendente Regional da Polícia Federal, em 30 de maio de 1979; que o Inquérito foi instaurado em 11 de junho. Do andamento do Processo retiramos as seguintes informações. Nele encontramos o Mandado de Notificação, datado de 21 de junho de 1979, enviado pelo MJ – Departamento de Polícia Federal (Superintendência Regional da Bahia) redigido pela Delegada Lia Margarida da Silva, determinando que qualquer agente da Polícia Federal notifique Manuel Andrés Mato que fora instaurado inquérito policial para efeito de sua expulsão do Território Nacional.

Seguem-se informações em julho sobre sua participação em eventos no exterior e a disposição de aguardar o seu retorno, previsto para outubro.

Depois dos trâmites processuais internos, o processo foi arquivado na Assessoria de Assuntos Sigilosos do Ministério da Justiça. Neste caso, não houve alegação de equívoco, como ocorreu na tentativa de expulsão de Cláudio Perani. O Superintendente da Polícia Federal em Salvador, Hélio Romão, confirmou à imprensa que o processo tinha sido encerrado depois de negociações entre as autoridades e Dom Avelar, que as teria “conduzido num nível muito elevado”.²²

²¹ ZACHARIADHES, P. 188.

²² Polícia Federal nega ter feito intimação ao padre Manuel Andrés Mato, A TARDE, 03/10/1979, p. 2.

Por fim, também repercutiu amplamente a tentativa de mudar o rumo dos estudos e ação social do CEAS.

Tensão entre o CEAS e Dom Avelar: “Ou Mudar de Rumo ou Mudar de Diocese”

A primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil estava agendada para 30 de junho de 1980, na qual ele visitaria 13 cidades e, entre elas, Salvador. As mobilizações foram enormes, através da organização de caravanas, construção de obras públicas, altares e igrejas.

A fim de discutir as perspectivas dessa visita ao Brasil em plena ditadura militar, o CEAS aborda essa visita no editorial do Caderno de n. 66, sob o título “O Papa no Brasil: riscos e esperanças”. O editorial contextualizava o momento da visita com o cenário do país, apontando para os riscos que tinha dos setores conservadores e do próprio governo em tentar – capitalizar para seus interesses.²³ Setores mais conservadores da Igreja poderiam, por sua vez, aproveitar a “vinda do Papa para revigorar seu poder e reforçar assim uma posição elitista e autoritária em que se excluísse o povo apesar da sua aparente participação ou mesmo do evento ficar contido, apenas na manifestação religiosa, sem perceber o conteúdo do protesto social e eclesial que se manifestaria nas pastorais populares”. Haveria ainda o perigo da visita ser manipulada e capitalizada pelo governo em favor de sua política. Aqui se mirava o Governo Federal (General Figueiredo), mas as oposições baianas visavam, também, ao estadual (ACM- Antônio Carlos Magalhães).

As esperanças eram de que fosse uma visita pastoral, que refizesse o discurso romano a partir da realidade, se aproximasse dos pobres e denunciasse o pecado fundamental na América Latina, a “opressão das massas”.

A publicação do Editorial nos Cadernos, e a sua possível leitura por Dom Avelar, que era um dos primeiros a receber a revista, não provocou problemas. Foi a sua divulgação na imprensa, o que desencadeou a forte reação do Cardeal, que sentiu sua autoridade questionada. O próprio Cardeal, respondendo a um grupo de padres que mandara carta a ele e ao Presidente da CNBB, esclareceu que não se incomodou com a publicação na revista, cuja circulação seria “elitista” (à época, os Cadernos tinham tiragem de 4500 exemplares, a maior que alcançou), mas o modo como fora entregue à imprensa e por ela lida desprestigiavam o

²³ ZACHARIADHES, op. cit. p. 164.

Papa e a ele mesmo: “o Arcebispo que por direito canônico e eclesial, deve ser o sinal e o centro da unidade local e o ponto de referência das diretrizes pastorais” (grifo nosso). D. Avelar era o encarregado de organizar o evento em Salvador e de negociar o apoio do Governo do Estado. Havia muitas críticas às negociações feitas com Antônio Carlos Magalhães (a missa foi realizada no Centro Administrativo, que foi apresentado como único local com a dimensão e segurança necessárias. O Papa preparou-se no Gabinete do Governador que o acompanhou até a missa, dentro e fora da Igreja Católica.

Um jornal, *A visita*, dedicado ao evento era distribuído nas ruas, contendo críticas à Igreja e a D. Avelar, que as considerou infamantes. Nesta conjuntura, D. Avelar tomou uma atitude inédita em relação ao CEAS. Se antes fazia suas observações e críticas em reuniões no próprio CEAS, ou em contato com o Coordenador, naquele momento decidiu pôr uma nota pública:

Arquidiocese de S. Salvador, 20.05.1980

Declaro, em caráter oficial, que o CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – que obedece à direção de um grupo de padres Jesuítas, residentes, nesta Capital, à Rua Aristides Novis, 101, não tem autoridade para falar em nome da Igreja.

Suas declarações públicas sobre a próxima visita do Papa João Paulo ao Brasil espelham apenas as suas preocupações políticas e sociais que, nem sempre, coincidem com a doutrina normal da Igreja.

Não é o CEAS que vai julgar o Papa. Muito pelo contrário, é o Papa que deve julgar o CEAS, se ele quer manter vínculo com a Igreja.

Até hoje, venho tolerando, pacientemente, esse Centro de Estudos que resolveu assumir posição de frontal contestação a toda e qualquer atitude pastoral que não se ajuste plenamente a seus pontos de vista e critérios ideológicos.

Reconhecendo seus serviços como válidos, sob muitos aspectos, não posso endossar, porém, sua ação global como orientação para a Igreja, e muito menos suas colocações de dono absoluto da verdade.

Só há dois caminhos para o CEAS: ou mudar de rumo ou mudar de diocese.²⁴

O CEAS respondeu com Nota pública (22/05) na qual reconheceu que não era órgão da arquidiocese, não tinha autoridade para falar oficialmente em nome da Igreja, não pretendia ser dono da verdade nem julgar o Papa, tinha manifestado seu parecer a partir do conhecimento da situação das classes populares e que estava aberto a críticas e mudanças. Dois dias depois (24/05), o Provincial dos Jesuítas lançou Nota, reconhecendo a dificuldade

²⁴ VILELA, D. Avelar Brandão, apud ZACHARIADHES, op. cit. p. 158.

na relação CEAS – Cardeal, que se deveria resolver em nome da plena unidade eclesial e, endossando a nota do CEAS, considerava encerrado o assunto.

Dentro da Igreja Católica, o clima acalmou. Em reunião com o Coordenador e todo o grupo do CEAS em agosto, o Cardeal explicou suas posições e disse que, na sua orientação pastoral, “cabe muito bem o trabalho do CEAS”.²⁵

A reaproximação entre o CEAS e a Arquidiocese com o reconhecimento do espaço do Centro foi publicizada no número 69 dos Cadernos (set / out. 1980). Na capa o destaque à vinda do Papa estava em três textos. O primeiro, uma análise sociológica feita por membro notoriamente católico do CEAS, avaliando o impacto e sentido da visita.²⁶ Mostra as preocupações dos vários setores sociais antes da visita inclusive o incidente entre o CEAS e Dom Avelar; descreve as reações e posicionamento das forças políticas durante e após a visita e destaca apoio dado, pelo Papa, à Igreja comprometida com os pobres e marginalizados. Interpretando o sentido da visita, afirma que:

A visita do Papa evidenciou alguns fatos importantes: a) a sociedade brasileira é uma sociedade de massas; b) existe uma ampla e diversificada religiosidade no Brasil e várias são as formas em que a igreja católica se apresenta; c) a sociedade brasileira é profundamente injusta e marginalizadora e a defesa dos direitos humanos tem profundo papel político e social; d) a confirmação e legitimação do trabalho da igreja e dos setores marginalizados²⁷.

Nos dois outros textos, o CEAS fez uma leitura pela esquerda. Um apresenta o que será o núcleo do pensamento do Papa sobre Missão da Igreja, construção e caminho para uma sociedade justa.²⁸ Em outro, transcreve documento de operários e índios encaminhados ao Papa.²⁹

O momento de tensão se, de um lado, motivou cartas de apoio ao CEAS, do outro oportunizou o lançamento de ataques e campanhas difamatórias. Além de matéria e críticas ao CEAS na imprensa, dentre as quais se destacou o *Correio da Bahia*, foram publicadas cartas de supostos leitores, apoiando D. Avelar e atacando o CEAS. Cartas, inclusive, com o mesmo conteúdo, mas assinadas por “autores” diferentes.

²⁵ ZACHARIADHES, op. cit. p. 185.

²⁶ CARVALHO NETO, Joviniano Soares. O Papa no Brasil: Impacto e sentido de uma viagem. In: *Cadernos do CEAS*, n. 69. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, setembro/ outubro 1980, p. 9-24.

²⁷ CARVALHO NETO, op. cit. p. 16)

²⁸ A Palavra do Papa. In: *Cadernos do CEAS* 69. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, setembro/ outubro 1980, p 25-32.

²⁹ O Papa também veio ouvir. *Cadernos do CEAS*, n. 69. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, setembro/ outubro 1980, p 33-36.

Naquele contexto como veremos, a fabricação de cartas falsas era assumida pelos órgãos de repressão.

Ele fez por merecer

A reconstrução, ainda que sumária da ação do CEAS, justifica, a nosso ver, a atenção que recebeu da repressão e das oposições à Ditadura. A frase, “ele fez por merecer”, para os adeptos da Ditadura, justificaria o acompanhamento e perseguição; para nós, seus adversários, representa reconhecimento e elogio. Enfrentamos o desafio, apresentando uma visão de atuação do CEAS nos Cadernos, na área rural e nos espaços populares de Salvador.

A dimensão dos Cadernos

Nos 100 (cem) números publicados de 1969 até novembro/dezembro de 1985, período que cabe 16 (dezesesseis anos) da Ditadura Militar, os Cadernos do CEAS analisaram e se posicionaram sobre todos os temas considerados relevantes da realidade internacional e brasileira. O índice de artigos por assunto contém 186 (cento e oitenta e seis)³⁰ verbetes.

Neste artigo, para apresentar o significado da ação do CEAS, utilizamos dois enfoques aparentemente contraditórios: a avaliação dos membros da revista e a dos agentes da repressão, que a acompanhavam.

Para avaliar a história e significado dos Cadernos, começamos então reproduzindo alguns trechos de entrevista realizada pelo CEAS, em 1994, quando se comemoravam os 25 anos da revista, com alguns dos seus principais articulistas durante a ditadura (José Crisóstomo de Souza, Joviniano Soares de Carvalho Neto e Pe. Cláudio Perani). Na sequência, voltaremos à visão dos órgãos repressivos sobre o CEAS.

Cadernos do CEAS (CC) - Como e por que surgiram os Cadernos do CEAS em 1969?

Crisóstomo – *A revista surgiu no bojo da preocupação geral, própria da década de 60, com o subdesenvolvimento, a miséria e a opressão no chamado Terceiro Mundo, um quadro particularmente gritante no Nordeste brasileiro e sob um regime militar. Foi um fruto da preocupação e do engajamento da Igreja nessas questões...*

Joviniano – *Os Cadernos surgiram como instrumento de reflexão, a partir da Igreja, sobre nova situação que mostrava a necessidade de: a) manter uma análise lúcida da realidade em época de*

³⁰ CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL, *Cadernos do CEAS*. Índice, Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, Artes Gráficas, 1985, 19págs.

dificuldade de acesso às informações, por causa da censura, do autoritarismo e da desarticulação de várias organizações e expectativas; b) interpretar mudanças que ocorriam, inclusive no modelo político-econômico brasileiro, em busca de compreender de como o capitalismo e a modernização avançavam no Brasil; c) reagir ao regime ditatorial. Os dois primeiros números reproduzem documentos da Igreja. O terceiro já fala em redemocratização. Os Cadernos comemoram 25 anos, pouco depois dos 25 anos do AI-5. Por terem surgido no período ditatorial, foram muito orientados pela luta contra o regime autoritário, utilizando a força das idéias. Ao mesmo tempo, o CEAS e os Cadernos continuavam uma reflexão a nível de Igreja que a crise e o fechamento da Ação Católica, em 1968, interromperam...

Cláudio – *Completo dizendo que havia, dentro da orientação geral dos jesuítas da América Latina que refletiam sobre a problemática social, o desejo de divulgar a doutrina social da Igreja, aplicando-a à situação do Nordeste. Isto mostra o nível bastante teórico e idealista da época, para não dizer alienado, no sentido de o grupo da Redação pensar ser possível influir na mudança da sociedade nordestina simplesmente através da aplicação de orientações gerais, patrimônio da Doutrina Social da Igreja. A orientação foi logo corrigida, porque o contato - saudável e indispensável - com a realidade concreta mostrou a complexidade da situação e a necessidade de aprimorar a utilização de instrumentais teóricos de análise que pudessem levar a um maior conhecimento.*

Na luta contra a ditadura, a revista se respaldou em documentos oficiais da hierarquia eclesiástica, que aos poucos foi abrindo os olhos sobre a nova realidade.

CC - Quais as etapas mais importantes de sua evolução histórica?

Joviniano - *Uma periodização poderia situar a primeira etapa entre 69 e 72. É um momento de compreensão, posicionamento e análise inicial. Os números são monográficos. O Censo de 70 permite, em 72, mostrar uma face pessimista do modelo e do milagre brasileiros. A ênfase é no Nordeste, na ótica da SUDENE. E o grande marco inicial é o número 10, dedicado ao tema "Igreja e Política", um texto maior no qual a revista alcançou o número de páginas que mantém até hoje.*

A segunda etapa vai de 72 a 84. Predomina a análise crítica do modelo autoritário e o apoio à conscientização e organização para reconquistar a democracia. Denúncia das injustiças. Este tipo de imprensa era como uma voz dos que não tinham voz. Não foi à toa que a reprodução dos documentos Ouvi os clamores de um povo e Marginalização de um povo suscitou grande reação. Um marco foi o estudo sobre a Amazônia, que, além de servir de contraponto à euforia da Transamazônica, vai firmar o CEAS na área de estudos rurais e credenciá-lo para assessorar a criação da CPT Nacional. Documenta-se, nesta época, a conversão da Igreja aos pobres e à análise social, inclusive absorvendo conceitos e instrumentos de análise sociológica, também marxista...

Definem-se as três grandes linhas de atuação e reflexão do CEAS: 1) Crítica ao modelo político-econômico que se implantava no Brasil; 2) Aumento da consciência e organização populares, documentando a luta dos movimentos populares, abrindo espaços para os marginalizados e dando ênfase em experiências de educação popular; 3) Acompanhamento e reflexão sobre a ação da Igreja, com ênfase nas pastorais populares. Este longo período poderia ser subdividido em vários momentos. Por exemplo, a partir de 74, acompanhamos o fim do milagre brasileiro, a distensão e a longa transição mostrando o caráter autoritário e excludente do modelo e a sua condenação pela maioria do povo. Acompanha-se a crise do modelo econômico, refletindo a crise do petróleo e os esforços para prolongá-lo e reciclá-lo. De 79 a 84, no governo Figueiredo, acompanha-se o crescimento das pressões e expectativas de mudança.

A terceira etapa, aberta por uma definição de paradigmas, vem de 85 [...]

Cláudio - *A primeira etapa, da análise inicial, já continha germinalmente as intuições fundamentais da revista. A necessidade de denunciar o regime autoritário e o modelo capitalista, a importância da presença popular através de suas experiências concretas e a importância de um instrumental de análise muito influenciado pelo marxismo.*

Ali publicações, contudo, se revelaram demasiadamente teóricas, dispersas e vagas. Daí a passagem para a segunda etapa, procurando aprimorar uma análise mais crítica. O caminho seguido foi duplo. De um lado, procuramos aprimorar o nível científico da análise [...]. Do outro lado, valorizando mais o pensar e o fazer do povo, ajudados nisso pelas experiências das outras Equipes do CEAS [...]

Gostaria de lembrar o n. 47, fundamental neste sentido, com o artigo "A vida é uma luta", no qual se apresentava não somente a situação de exploração em que se encontrava o povo, mas também sua vitalidade, suas iniciativas, suas organizações. Esse texto foi muito utilizado por vários movimentos populares.

CC - Como você configura a relação da revista com as lutas populares?

Crisóstomo - *Embora o CEAS tenha estado mais articulado aos ligados à Igreja, os Cadernos foram, provavelmente, a publicação nacional crítica de oposição que mais conseguiu chegar, através dos agentes médios, aos setores populares de base mais ou menos mobilizados, principalmente fora de certos movimentos maiores, mais visíveis ou mais "avançados". O suplemento De Olho representou um esforço notável nessa linha, bem como os artigos que conseguiam captar, de forma mais descritiva, a cena da labuta popular cotidiana. Neste âmbito, a contribuição do CEAS foi particularmente importante [...]*

Joviniano - *São duas as contribuições básicas. Uma é a documentação da luta dos movimentos sociais. Os Cadernos eram e ainda são uma revista fundamental para documentar e acompanhar a luta dos movimentos sociais, especialmente no campo, onde a cobertura é menor por órgãos semelhantes. O CEAS traz aos movimentos sociais e aos intelectuais um retrato não acadêmico e comprometido. Além disso, a revista é um instrumento de socialização de informações, de realimentação de assessores, agentes e lideranças que atuam nos movimentos sociais.*

Cláudio - *Todos os membros da Redação, mais na base ou mais nas articulações, acompanham de alguma forma os movimentos sociais. A revista, desde o início, afirmou que o povo marginalizado deve ser o autor de seu desenvolvimento. Podemos dizer que os Cadernos sempre apostaram no povo, às vezes com maior clareza, outras vezes com certas ambigüidades.*

CC - Perpassando um dos momentos mais importantes da luta política no país (1967-93), os Cadernos tiveram oportunidade de se posicionar sobre as diversas alternativas para a sociedade. Houve um único posicionamento ao longo de todo esse período ou se observaram mudanças em função de correlações de forças internas?

Joviniano - *Houve mudanças em função das forças internas e, especialmente, da reação às mudanças da realidade externa. A ênfase dos Cadernos está mais na análise crítica que na proposição, mais na sugestão de metodologia para o trabalho popular que na indicação de linhas de trabalho. Podemos concluir, contudo, da análise dos próprios textos, por uma linha ideológica bem definida que inclui, por exemplo: a) A crítica ao imperialismo e ao capitalismo, especialmente norte-americano, a partir do Brasil e da América Latina; b) A crítica ao modelo econômico brasileiro, com ênfase nas suas características de concentração e exclusão; c) A proposta de democratização do Estado e fortalecimento da sociedade civil, com ênfase no apoio aos movimentos sociais e acentuada preocupação com as relações desses movimentos (inclusive, hoje, as chamadas ONGs) com o Estado, pelo qual podem ser cooptados, ou cair no risco de substituí-lo...; d) Pluralismo cultural, respeitando as várias tendências, mas enfrentando a manipulação da mídia, valorizando as experiências e os discursos dos vários segmentos populares, enfatizando mecanismos de educação e conscientização popular e comunitária; e) Socialmente, a crítica à desigualdade e à marginalização da maioria do povo - os diversos segmentos da população de baixa renda, apresentados nas suas várias faces: favelados, negros, mulheres, índios, pescadores, lavradores, lavadeiras. O que leva a críticas e alternativas mais ou menos explícitas em habitação, saúde e educação.*

Cláudio - *Nesta linha apresentada por Joviniano, houve, de fato, continuidade mais ou menos coerente na revista. Pessoalmente, sublinharia o compromisso com os movimentos populares e com as transformações das relações sociais. Não é uma linha programática nem atrelada a propostas*

político-partidárias. Contudo, representa uma alternativa. Antes e depois da abertura, houve influências de tendências partidárias. O que é sempre inevitável [...]

Permanente acompanhamento pela repressão

Além dos casos já referidos que mostraram o acompanhamento contínuo dos Cadernos, outros 5 exemplos incluem propostas que levariam ao encerramento das atividades da Ordem dos Jesuítas no Brasil. De fato, a documentação já disponibilizada demonstra o acompanhamento contínuo a que o CEAS foi submetido.

Nesse sentido, em 6 de agosto de 1976, o SNI, em encaminhamento originário do Centro de Informação da Aeronáutica, anexa cópia do n.42 dos *Cadernos do CEAS*, de onde aponta suspeições do tipo: o editorial transcreve trechos da revista *Veja* e do jornal *Movimento*, pregando a “derrubada do AI-5” e afirmando que “não há motivo para qualquer força oposicionista recusar apoio ao MDB”; na p. 2, ataques ao “aparelho repressivo e aos desrespeitos aos direitos humanos”; na pag. 3, citam abundantemente Marx e Lenin; na p.. 45, a luta de classes; na p. 56 dizem “o ministro descobriu o imperialismo e que importa agora entendê-lo e interpretá-lo”; na p. 67, fazem a interpretação da CNBB e de D. Pedro Maria Casaldáliga; na p. 71, são recomendados livros de FHC, M^a da Conceição D’Incao, cita Marx, D. Helder Câmara, Darcy Ribeiro e outros. Conclui que uma análise mais profunda permitirá (decidir) pela “liberação ou não de novas edições, tendo em vista o previsto na Lei de Segurança Nacional”.

Esta avaliação foi reproduzida em 18/11/1976 em Relatório (034 – 77/CRV) do Ministério da Justiça (Gabinete do Ministro), abordando os artigos da edição n. 44 (jul / ago. 1976), e conclui que seria exemplo de facciosismo e radicalismo da linha editorial dos *Cadernos do CEAS*, que não representam o genuíno pensamento e nem refletem os princípios da doutrina autêntica da Igreja, propondo que seja feita pela Delegacia da Polícia Federal (DPF) “uma advertência à direção do Centro de Estudos e Ação Social de Salvador” de que não será tolerada a atual orientação editorial, sob pena da “imediata aplicação do ordenamento legal em vigor” e que, caso venha ocorrer “reincidência dos atos de manifesta contestação e pública agressão ao regime vigente”, deverá ser estudado pelo Gabinete (do

Ministério da Justiça) a imposição de censura prévia nos trabalhos e teses destinadas à publicação, [...] com fundamento no Ato Institucional no 5 de 1968 (art.9)³¹.

Em abril de 1978, a Polícia Federal, a partir de informações do SNI, propõe ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, uma medida radical contra a Ordem Jesuíta e os Cadernos do CEAS. Afirmando que o CEAS “tem sido veículo de difusão de assuntos de interesses do clero esquerdista”. Encaminha, em caráter confidencial, o texto de uma “Nota-Consulta” do Ministro ao Presidente Ernesto Geisel. Esta nota propunha, com base em parecer da Consultoria Jurídica do Ministro, o seguinte:

1. “deve ser cassado o registro da publicação, por ser ilegal e inconstitucional sua existência”;
2. “responsáveis pela revista estão sujeitos a processo e os estrangeiros também a expulsão”;
3. “a Sociedade Nacional de Instrução”, pode ter cassado o seu registro, sumariamente, e suspenso o seu funcionamento, por violação de preceito constitucional”.

Termina solicitando que o Ministro “no seu alto juízo se digne [...] a indicar a medida que mais acertada lhe parecer”.

O Ministro, ao que consta, não encaminhou a nota ao presidente e as providências propostas não foram adotadas. Ressalta-se que, sendo a Sociedade Nacional de Instrução, a entidade jurídica através da qual, a Ordem Jesuíta operava no Brasil, a sua cassação impediria o funcionamento da mesma em todo o Brasil, seria algo similar à medida tomada pelo Marquês de Pombal que, em 1759, expulsou a Ordem do Brasil.

Em 24/08/1981, Informe do SNI (n. 0128/116/ASV/ 81) reproduz integralmente o número 74 (jul / ago. 1981), resumindo informações dos capítulos referentes à questão da mulher, da mulher da periferia, do manifesto da Associação das Domésticas, o fato de o Brasil possuir, até então, um dos menores salários mínimos da América, o conceito de hegemonia em Gramsci”, a discussão de Lenin sobre a participação das massas na política, a participação popular na luta pela independência da Bahia, a ocupação pelo capital da região Oeste do São Francisco (Bahia), e a análise dos atentados ao Papa e ao RIOCENTRO. O documento conclui que o CEAS contesta tudo o que o Governo faz, “com o objetivo de jogar as massas na luta política”, derrotando o governo nas eleições de 1982, e elegendo o Partido dos Trabalhadores (PT) como alternativa. Concluía que se trata de um trabalho subversivo e contestatório.

No último exemplo, o SNI (04/11/1981) transcreve e analisa os *Cadernos do CEAS*, n. 75 (set / out. 1980, destacando no editorial (“A importância das Eleições”) o trecho que dizia

³¹ Projeto Resgate da História. Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM).

“devido à própria estrutura do Regime, a sua dinâmica, seu caráter militar fechado, o sistema dos generais e da segurança entram em choque com a abertura e seus avanços” (do NF e do DOI-CODI).

Como se sabe, esse monitoramento seguiria nas décadas seguintes, não se sabendo ao certo as formas e métodos que assumiriam no decorrer dos anos.

A atuação no campo: visão de conjunto.

Na reconstituição da atuação do CEAS na área rural, destacamos alguns elementos. Primeiro, a montagem e qualidade da equipe que possibilitou a realização de estudos e avaliação da situação dos campos brasileiro e baiano, forneceram subsídios para a ação e seu acompanhamento e a avaliação por diversos grupos pastorais e populares.

Segundo, a atuação do CEAS na criação da CPT nacional e regional (Bahia e Sergipe) com a qual o CEAS atuou, dentre outras atividades, na defesa de posseiros contra a grilagem de terras em defesa dos direitos dos ribeirinhos atingidos pela construção das barragens do Sobradinho e Itaparica (final dos anos 1970, início dos anos 80) e na defesa dos assalariados rurais dos quais foi marco a greve dos catadores de café de 1980, em Vitória da Conquista e região. E também deve ser destacada a atuação na região cacauzeira da Bahia, diretamente com os assalariados da lavoura do cacau.

A equipe rural e sua contribuição ao entendimento da situação

Na reconstituição da história e das lutas no campo e da ação do CEAS é importante sublinhar que o seu trabalho inclui estudos prévios, acompanhamento e avaliação. Pode-se encontrar nos Cadernos e nos Arquivos do CEAS dezenas de artigos e documentos com diagnósticos relatos de conflitos, avaliação de políticas públicas para o campo como a Reforma Agrária. Entretanto, o texto considerado pelo CEAS, naquele momento, como a base para o enquadramento da situação agrária no Brasil é “opressão e luta no campo”, escrito em 1980, por Antônio Dias e Eliana Rolemberg.³²

³² DIAS, ANTÔNIO, ROLEMBERG, Eliana. Opressão e luta no campo. *Cadernos do CEAS*, 68, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jul / ago. 1980, p. 20-30.

A CPT – Comissão Pastoral da Terra

A importância da atuação do CEAS na criação da CPT foi explicitamente reconhecida por D. Tomás Balduino, seu Presidente por muitos anos, e por Ivo Poletto, seu primeiro secretário.³³ O ano base para o desencadeamento do processo do qual resultou a CPT foi o ano de 1973 e nele se destacam a elaboração e repercussão do Caderno, n. 28 (dez. 1973) dedicado à Amazônia, às denúncias de D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino sobre a repressão na Prelazia de São Félix do Araguaia (Cadernos 25 e 26) e o documento dos bispos do Centro Oeste (“Marginalização de um Povo”) no Caderno 27.

Eles prepararam terreno para a conversão dos bispos ao posseiro.³⁴ O CEAS, além de assessorar a CPT-Nacional, forneceu base inicial e pessoas para a CPT Nordeste III (Bahia e Sergipe). Desse modo, nesse período, as ações mais destacadas do CEAS e da CPT, na prática são conjuntas.

Dentre muitas atividades, destacamos algumas. A defesa dos posseiros contra a grilagem das terras na qual foi marco o assassinato de Eugênio Lira, advogado dos posseiros em Santa Maria da Vitória, em 1977, às vésperas de depor na CPT sobre Grilagem de Terra. Eugênio Lira foi ameaçado de morte pelos fazendeiros. Segundo Antônio Dias, os advogados Jackson Azevedo e Paraguaçu, entraram com pedido de segurança de vida que o Estado acatou. Ainda assim, Eugênio Lira foi assassinado no Centro da Cidade, ao sair de uma barbearia. O Estado não garantiu sua proteção e, posteriormente, o Tribunal de Justiça reconheceu sua responsabilidade.³⁵

Eugênio Lira e Lúcia Lira, sua esposa, foram dois advogados que aceitaram a convocação que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG), após intervenção do governo (por corrupção), fizera para, quando implantasse Pólos Regionais, defender posseiros em região, onde muitos camponeses eram mortos e o Poder Judiciário tinha pouca presença.

No Congresso Nacional a comissão que investigava o Sistema Fundiário, convocou as CPT existentes. D. José Brandão, bispo da Propriá, Presidente da CPT-Nordeste III (Bahia

³³ ZACHARIADHES, op. cit. p. 190.

³⁴ PERANI, Claudio. Bispos da Amazônia: a Conversão ao posseiro. *Cadernos do CEAS*, 39, Centro de Estudos e Ação Social, set / out. 1975, p. 23-31.

³⁵ DIAS, Antônio. Depoimento a CEV. Cf. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE, *Resgatando nossa história*. Relatório.

Sergipe), assessorado por Antônio Dias, compareceu. As denúncias repercutiram na Bahia e o deputado Elquisson Soares (MDB autentico) pediu dados a FETAG para preparar uma CPI. Antônio Dias preparou 50 casos dos 200 prometidos. Ele e o advogado Jackson Azevedo, seu companheiro de trabalho, foram demitidos por pressão das autoridades. Elquisson prosseguiu e a CPI terminou sendo instalada.

Após demitido (03/01/1978), Antônio Dias foi contratado pelo CEAS para continuar (no CEAS e CPT) o trabalho que fazia na FETAG.

A greve do café em Vitória da Conquista

O estudo da situação rural em Vitória da Conquista, pelo que sabemos, começa com pesquisa de 1975.³⁶ Por coincidência, foi em 1980, que, avaliando a greve, uma liderança desse movimento afirma que os trabalhadores começaram a se reunir mais ou menos em 1975, para analisar sua situação e que, em 1980, surgiu a ideia de fazer uma grande assembleia; formaram comissão, descartaram a Assembleia com o sindicato (não combativo) e decidiram discutir o Contrato Coletivo de trabalho.³⁷

A greve dos catadores de café, que teve a assessoria do CEAS e da CPT, ocorreu entre 13 de abril e 21 de maio de 1980 e reuniu cerca de 10 mil assalariados, em Vitória da Conquista e Barra do Choça. Foi a primeira greve que, enfrentando as restrições vigentes, cumpriu todos os trâmites legais antes de ser deflagrada. Os seus assessores jurídicos foram Rui Medeiros e Paraguaçu. Das 30 cláusulas propostas pelos trabalhadores, os patrões rejeitaram 14 – algumas elementares, tais como a medição da produção, insalubridade, preço das diárias, equiparação salarial de mulheres e menores, hora extra, equipamentos de trabalho, condições de transporte e alojamento.

Apesar disso, o saldo político – organizativo foi avaliado como importante. A greve, obteve também grande repercussão e apoio das oposições e da sociedade civil. Localizamos, nos Arquivos do CEAS, o manifesto: AO POVO BAIANO. Manifesto de Solidariedade aos Trabalhadores Rurais do Café de Vitória da Conquista e Barra do Choça, de 16 de abril de 1980. Este, que critica os programas governamentais e afirma que os trabalhadores estavam

³⁶ Cf. ROSELI ELIAS. O café em Vitória da Conquista, *Cadernos do CEAS*, 40, Nov./dez. 1975, p. 4-25.

³⁷ A nossa luta é política. *Cadernos do CEAS*, 70, nov./dez. 1980, p. 56-58. Depoimento de NOECI FERREIRA SALGADO, trabalhadora rural colante de Vitória da Conquista.

reivindicando direitos básicos, foi assinado por 61 entidades. As primeiras, CPT e CEAS. Encontramos, também, “roteiro de avaliação” de greve (05/06/1980), assinado por Antônio Dias, Pe. Claudio Perani e Pe. Andrés, e o documento no qual a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) manifestara sua disposição de ajudar financeiramente o movimento.

Zona cacauzeira

Mercado historicamente pelos conflitos agrários, o sul da Bahia foi um dos cenários mais importantes da atuação do CEAS no campo. “Os trabalhadores rurais conhecidos por José de Gabi e Dionísio foram barbaramente assassinados na primeira quinzena de março último, no Distrito de Jussari, Município de Itabuna, a cerca de 400 km de Salvador, pelos fazendeiros Pedro Venâncio e Corbinho”. A causa do duplo assassinato seria o fato de que os fazendeiros “não gostaram da cobrança de salários”³⁸. Esta denúncia, de abril de 1981, é exemplo maior dos problemas encontrados pela Equipe Rural na Região Cacauzeira.

Nos arquivos dos CEAS, selecionamos documentos que permitem a avaliação de trabalho feito pela equipe rural e demonstram a sua extensão³⁹. Os relatórios mostram os municípios e localidades atingidas na Bahia, Ilhéus, Itabuna, Una, Jussari, Buerarema, São José, Teixeira do Progresso, Canavieiras, Itapebí, Itambé, Ibicaraí, Camamu, Marau, Ubatã, Santa Luzia, Ipiaú, além de Serra e Santa Tereza no estado do Espírito Santo. Da Equipe Rural, as presenças maiores são Pe. Cláudio e Antônio Dias Nascimento, ainda que encontremos registros da participação de Angélica Carneiro, que atuava mais próximo de Pe. Andrés na Zona Canavieira e conheçamos a atuação de Eliana Rolemberg (do CEAS, na CPT).

A atuação da equipe inclui a definição de objetivo, análise da realidade nacional e local, neste destacando a situação dos assalariados e posseiros, avaliação dos sindicatos rurais e da ação pastoral da Igreja. Após isso, a programação e avaliação das ações. Um resumo da situação mostra o seguinte. Posseiros enfrentavam expulsões ou tentativas de

³⁸ CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. “Cobrança de salários causa assassinato de trabalhadores rurais na região cacauzeira”, JUSSARI, abril de 1981, 2 p. datilografadas.

³⁹ Os documentos selecionados foram: Encontro de Trabalhadores Rurais / Ilhéus (01/07/80); Abaixo Assinado de Trabalhadores de UMA, CPT (30/10/1980); Relatório de Reciclagem Pastoral em Gongogi (30/10 a 02/11/1981); Encontro Irmãs Gongogi (30/10 a 02/11/1981); Nota de apoio (a Igreja perseguida pela sua opção pelos pobres do CADH – Comitê de Anistia e Direitos Humanos (outubro 1981); Encontro sub-regional Ilhéus – Itabuna – Caravelas (13e14/03/1982); Relatórios Pastoral da Serra (Espírito Santo, sem data, I Encontro de Assalariado – Diocese de Itabuna (15 e 16/05/1982). Encontro realizado em Itacarai, onde simultaneamente realizou-se Encontros.

expulsão por fazendeiros e grileiros, dentre estes, grandes empresas e até juiz de direito. Ocorreram conflitos com algumas vitórias (garantia de terra) mas, na maioria dos casos, eram de resistências e tentativa de retorno, impedido pelos fazendeiros.

Trabalhadores rurais

A maioria desses trabalhadores se encontravam à margem da legislação trabalhista, alguns fixos e outros com trabalho sazonal; lutam para receber direitos na demissão, com risco de não mais conseguir emprego e até serem assassinados. Salários iguais ou pouco superiores ao mínimo, trabalho de mulheres e menores com remuneração menor, insalubridade, excesso de trabalho (até 14 horas por dia), sem hora extra, transporte por caminhão.

Os sindicatos de trabalhadores rurais eram inoperantes e muitos estavam articulados com fazendeiros e políticos locais. Vários reagiam a ações da Igreja. Alguns forneciam serviços assistenciais. A Igreja e o CEAS estimulavam, implantavam equipes de Pastoral; foi criada uma CPT regional na Diocese de Itabuna. Quanto a relação com a estrutura formal da Igreja, D. Elizeu, o bispo de Itabuna, desmembrada de Ilhéus, abriu o I Encontro de Assalariados da Diocese, em 15/05/1982, realçando a positividade do evento. Antes do Encontro, por mais de um ano, a equipe do CEAS havia promovido “animação”, em vários pontos da diocese, e decidira convocar, para o encontro, grupos de trabalhadores já contatados e não através das Paróquias, o que foi reconhecido como adequado. O Bispo de Ilhéus, D. Valfredo Tepe, ligado a ordem OFM, já comparecera a Reciclagem Pastoral de Gongogi (30/10 a 02/11/1981),⁴⁰ onde elogiara as atividades, mas afirmou que “quanto a pastoral, de um lado, é necessário ter em mente uma democracia social e, de outro, não jogar o povo de repente numa guerra direta contra a estrutura. É importante que tudo se faça passo a passo sem queimar etapas”. D. Tepe, que se destacara como filósofo e místico, era um moderado que fazia ressalvas a linha da CPT na Bahia e criara uma Pastoral própria na sua diocese.

⁴⁰ Relatório de reciclagem em Gongogi. Arquivo do CEAS.

A Equipe Urbana: A luta pelo direito à moradia

A criação da Equipe Urbana, em 1975, atendia às demandas nascidas dos crescentes conflitos pelo solo urbano decorrentes das mudanças na cidade de Salvador. Estava em implantação uma política que levava ao reordenamento da cidade, deflagrada nos governos de Antônio Carlos Magalhães, como prefeito (1967-1971) e governador (1971-1975), em seu primeiro mandato. Nela, a ocupação das avenidas de vale, a venda de terras do município, a construção da Av. Paralela e outras medidas levaram à expulsão dos pobres e os lançaram em invasões, na periferia, encostas ou locais desocupados e menos valorizados.

Baixa do Marotinho

Reagindo a esta realidade, a ação do CEAS muda. As palestras, atividades de formação e conscientização continuam, mas o foco mudou para a defesa do direito à moradia. É em 1975, que ocorre o caso do Marotinho, que se tornou referência e divisor de águas.

Cabe resumir o que aconteceu na Baixa do Marotinho.⁴¹ O Marotinho era um pequeno vale, cortado por riacho, entre os bairros populares da Fazenda Grande e São Caetano, onde Pe. Renzo Rossi era o pároco, auxiliado pelo padre Paulo Tonucci. A “invasão” começou no início de março pelas áreas mais altas e longe da área inundável. Funcionários da Prefeitura pressionaram, alegando que as áreas mais altas estavam reservadas e que seriam demolidas. Providenciaram um cadastramento dos invasores que serviria para “legalizar o terreno e vendê-los aos invasores”. No Natal de 1975, o Diário Oficial do Estado publicou a intimação aos invasores para saírem em 30 dias. Os moradores reagiram, realizaram Assembleias semanais, na Igreja da Fazenda Grande, iniciaram a construção da sede da Associação dos Moradores, mandaram Carta ao Prefeito, conseguiram que técnicos progressistas realizassem pesquisas (230 familiares, 1.272 moradores, população pobre e mais de 50% abaixo dos 14 anos); constituíram advogado. No início de fevereiro, o Clube de Engenharia, e o Instituto dos Arquitetos ofereceram-se para mediar, os estudantes de Direito da UFBA mandaram carta ao prefeito. Reunião do Advogado com o Prefeito Jorge Haje Sobrinho foi

⁴¹ Elementos da história do Marotinho podem ser vistos em “O drama do Marotinho”, *Cadernos do CEAS*, 45, Salvador, set./out/de 1976, p. 21-36.

marcada (13/02) na presença de jornalistas, mas o prefeito se recusou a participar, alegando que seria privilegiar os invasores.

Foram ao governador que não os recebeu, foram ao Cardeal D. Avelar que se solidarizou. O drama estava sendo acompanhado pelos jornais. No dia 26 de fevereiro, 2 oficiais de justiça, acompanhados por mais de 30 policiais e caminhões tentaram removê-los. No dia 4 de março, retornaram. Os invasores haviam hasteado a Bandeira Nacional e inauguram a Escola "Boa Esperança". Quando a tropa chegou, junto com os invasores estavam o advogado, os padres da Paróquia (Pe. Renzo, Pe. Paulo) D. Timóteo, os presidentes do IAB e do Clube de Engenharia, repórteres e locutores de jornais e rádios, dezenas de pessoas da vizinhança.

Não havia a ordem judicial exigida pelo advogado – e adiaram para o dia 05/de março. Neste dia, 100 funcionários da prefeitura, 300 soldados da Polícia Militar, 15 caminhões para transportar os móveis, iniciaram a demolição que durou mais de 3 dias, sábado, domingo e segunda. Enquanto isto, acompanhado do advogado e de D. Timóteo, grupos tentaram, inutilmente, entregar ao prefeito proposta alternativa, elaborada em assembleia, no dia 04 (cadastramento, lotes em outro lugar, tempo para transferência).

A proposta foi entregue a D. Avelar que se reuniu com o governador e prefeito, que permaneceram irredutíveis. No sábado, enquanto a demolição continuava, D. Avelar levou sua solidariedade aos moradores, acompanhado dos padres da Paróquia que haviam sido ameaçados. Padres e membros do MDB foram ameaçados de prisão, jornalistas e estudantes do DCE foram fichados e espancados.

Diante de repercussão negativa, na Bahia e no Brasil, o governador mandou assistentes sociais para avisar que doaria lotes para os invasores, que pediram a Igreja da Fazenda Grande como escritório para distribuir os lotes. Assim surgiria o Novo Marotinho. A luta do Marotinho estabelece um paradigma para as lutas futuras – resistir, permanecer ou sair com a garantia de novos lotes.

Este modelo de resistência e negociação levou a reativação da FABS – Federação de Associações de Bairro em 1978/1979 e, a partir de 1983, ao MDF – Movimento de Defesa dos Favelados.

Da atuação da Equipe Urbana⁴², na área da FABS, destacamos a atuação de Antônia Garcia, membro da Equipe, na estruturação e liderança da AMPLA – Associação dos Moradores de Plataforma. A AMPLA construiu um prédio na qual funcionavam aulas, serviços e reuniões para conscientização e programação de atividades. O prédio situa-se ao lado da Igreja e o trabalho contou com o apoio do Padre Gaspar Kuster.

O MDF, no Brasil, surgiu em 1982, em São Paulo, reunindo entidades de favelas e membros das comunidades Eclesiais de Base. Chegou a alcançar 17 Estados e realizar 12 Congressos nacionais até 1993, desaparecendo após 1994.

Na Bahia, surgiu, em 1983, de associações como a do Calabar (onde atuava o Pe. Confa) e Novo Alagados e das CEBs, a partir de divergências dessas com a FABS. Concentrou sua atuação nas invasões (áreas de ocupação nova ou instável), em oposição a FABS que se concentrava em bairros pobres consolidados. Grande parte de sua luta foi contra remoções e pela obtenção de novos terrenos para realocação dos moradores. O maior estimulador era Pe. Confa (Gianfrancesco Confaloniere) que atuava desde 1981, como membro da Equipe Urbana do CEAS. Sua atuação baseou-se no seu carisma pessoal e em colaboradores que ultrapassavam a equipe urbana e provinham de outras equipes do CEAS (caso do autor que era da Equipe de Redação) e de outras áreas da Igreja⁴³ e de lideranças das próprias comunidades que motivava⁴⁴. O MDF teve grande atuação entre 1983 e 1988 e, por isso, provocou grande reações dos setores conservadores(as), inclusive pela imprensa.⁴⁵

Em 1988, em manifestação do MDF, Pe. Confa foi agredido fisicamente na Câmara de Vereadores. De um lado recebeu acusações, de outro, manifestações de solidariedade, destacando-se as do CEAS e da Ordem Jesuíta. Depois, a Ordem o transferiu para o Maranhão e para Capim Grosso na Bahia. Em 15/02/1999, retornou a Salvador. Pe. Confa que faleceu em 19/01/2002, deixou uma memória duradoura no seu grupo de apoio.

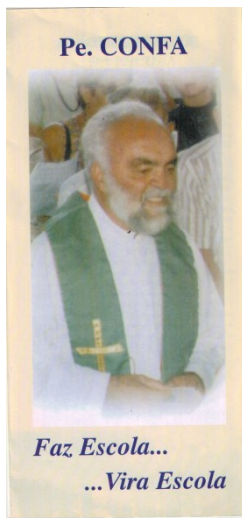
⁴² A Equipe Urbana, pelo o que recordamos, incluía Antônia Garcia, Pe. Confa, Maria Helena S. Silva e Ana L. Formigli.

⁴³ Conceição Garcia, Araci Meireles, Manoel e Anete Bernardes, Gileno Félix de Oliveira, Advogado do Mosteiro de São Bento; Severino e Marcos, seminaristas, franciscanos, Ubajareida (Bajinha) e Lucivanda da Comissão de Justiça e Paz.

⁴⁴ Informação de Conceição Garcia permitiu identificar Safira Ramos (União Rurais); Alda e Abigail (Caiu Duro), Sofia (Cana Brava), Conrado, Tereza, Tônico e Fernando Conceição (Calabar); Antônio (Bitonho) e Vera Lazaretto (Novos Alagados); Jorginho (Lobato); Antônio (Mirante de Mont Serrat); Wilma e Edson (D. Avelar); Elvira e Jacy (Pelourinho); Nairzinha (Alto da Terezinha); Jorgina (Vale do Paraguari); Bertiliana (Polêmica).

⁴⁵ Por exemplo, várias cartas foram enviadas aos jornais o atacando. Foi chamado "Duce" (referência a Mussolini, líder fascista). *Tribuna da Bahia*, 12/05/1983) bandoleiro do Velho Oeste (*A Tarde*, 31/03/1983), meliante que corrompe as mentes dos menos favorecidos e que era violento, maldoso, altamente perigoso, marxista e adepto da luta de classes (*A Tarde*, 10/04/1983).

Pe. Confa



Fonte: Arquivo do Autor

Em 12/07/2004, moradores do Paraíso Azul (Bairro do Costa Azul, considerado nobre), que provinham de “invasões” que apoiara, conseguiram que o prédio de nova e equipada Escola fosse denominada de Escola Municipal Pe. Confa. Na ocasião, distribuímos “Folder” (Pe. Confa Faz Escola... vira Escola) com resumo de sua vida, depoimentos e levantamento preliminar, incluindo 19 comunidades em que atuou. São Vicente, Cai Duro, Tubo, Rocinha, Areal, Baixa Fria, Polêmica, Calabar, Pela Porco, Malvinas, Itinga, D. Avelar, Canabrava, Pelourinho, Alto da Terezinha, Bate Coração, Lobato, Vale do Paraguari, Novos Alagados.

De estilo popular não era facilmente enquadrado e valorizado pelos intelectuais nem pelos partidos e setores organizados da esquerda. Desde 2004, grupo de apoiadores levantam material para um livro sobre ele, cujo título provisório é “Um Santo agitador”.

Referências

AÇÃO da Igreja nas bases: da integração à libertação (A). In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 31, maio/junho de 1974, pag. 61-67.

BANDOLEIRO do Velho Oeste. *A Tarde*. Salvador, 31/03/1983.

BISPOS da Amazônia: a conversão ao posseiro. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 30, set./out. de 1975, p. 23-30;

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. Cláudio no CEAS. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 233, Centro de Estudos e Ação Social, Janeiro/junho 2009, p. 5-14.

_____. O Papa no Brasil: Impacto e sentido de uma viagem. In: *Cadernos do CEAS*. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, n. 69, setembro/ outubro 1980, p. 9-24.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL – CEAS. “Cobrança de salários causa assassinato de trabalhadores rurais na região cacauceira”, JUSSARI, abril de 1981, 2 p. datilografadas.

_____. In: *Caderno do CEAS*. Salvador, n. 59, jan./fev. de 1979.

_____. In: *Cadernos do CEAS*. Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, Artes Gráficas, Índice, 1985, 19 p.

COMUNIDADES Eclesiais de Base: alguns questionamentos. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 56, jul./agosto de 1978, p. 36-48.

DRAMA do Marotinho (O)”. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 45, set./out/de 1976, p. 21-36.

ELIAS, Roseli. O café em Vitória da Conquista. In: *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 40, nov./dez. 1975, p. 4-25.

FERNANDO, et. all. *Marginalização de um povo – grito das Igrejas. Documento de Bispos do Centro Oeste*, Goiania: Editora dos autores, 1973, 60 p.

JORNAL DA BAHIA. Salvador, 29/10/1978, [p. ?].

_____. Savador, 29/09/1973, p. 2.

JOSÉ, Emiliano. *As asas invisíveis de padre Renzo: uma história sincera de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira*. São Paulo: Casa Amarela, 2002, 327.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 499/75/ASG – MJ. Encaminhado pelo Projeto Resgate da História do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL. Sub-Delegacia Regional do Estado de Sergipe. *Assentada Aracaju*, 05/11/1969, 2 págs.

NOSSA luta é política (A). In: *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 70, nov./dez. 1980, p. 56-58. Depoimento de NOECI FERREIRA SALGADO, trabalhadora rural de Vitória da Conquista.

OPRESSÃO e luta no campo. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, n. 68, jul / ago. 1980, p. 20-30.

PALAVRA do Papa (A). In: *Cadernos do CEAS*. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, n. 69, setembro/ outubro 1980, p. 25-32.

PAPA também veio ouvir (O). *Cadernos do CEAS*. Salvador. Centro de Estudos e Ação Social, n. 69, setembro/ outubro 1980, p. 33-36.

PERANI, Claudio. Bispos da Amazônia: a Conversão ao posseiro. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, n. 39, set / out. 1975, p. 23-31.

POBRES e ricos. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 48, março/abril de 1977, p. 52-60.

RELIGIOSIDADE Popular e mudança social. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 30, março/abril 1974, p. 65-73.

TARDE (A). Salvador, 03/10/1979, p. 2.

TARDE (A). Salvador, 10/04/1983.

TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, 30/10/1979, p.2.

TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, 12/05/1983.

VILELA, D. Avelar Brandão, apud ZACHARIADHES, op. cit. p. 158.

ZACHARIADHES, G. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*. 2. edi. rev. e ampl. Salvador, EDUFBA, 2010.

Abstract

This article recounts the history of the CEAS and its review during the military dictatorship, marking the characteristics of the work of the organization in the context of suppression of democratic freedoms, between 1969 and 1984. From the collections of the dictatorship, of CEAS and Of his own memories, in this text the author rescues the historical and political relevance of this publication, advancing to demonstrate, also, the social dimension of the work carried out by this entity with the homeless people of the city of Salvador and with the salaried employees and workers of cacao and of the coffee, respectively, in the southern and southern regions of the state of Bahia.

Keywords: Military dictatorship. History of CEAS. Social and political history.